ENTRE O PINCEL E A FARDA: A ADAPTAÇÃO DA IDENTIDADE E DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE DOCENTES CIVIS EM COLÉGIOS MILITARES

BETWEEN THE BRUSH AND THE UNIFORM: THE ADAPTATION OF THE PROFESSIONAL IDENTITY AND PEDAGOGICAL PRACTICES OF CIVIL TEACHERS IN MILITARY SCHOOLS

João do Socorro Silva Rocha
Doutorando em Ciências da Educação – Universidad Autónoma de Asunción (UAA).
E-mail: jrochapmma@gmail.com ORCiD: https://orcid.org/0009-0002-0648-4264

Resumo: O presente artigo apresenta uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e caráter descritivo-analítico, com o objetivo de analisar o processo de adaptação da identidade profissional e das práticas pedagógicas de docentes civis inseridos na estrutura e na hierarquia dos colégios militares. O estudo fundamenta-se nos aportes teóricos de Antônio Nóvoa e Maurice Tardif para discutir as tensões e negociações identitárias decorrentes do encontro entre a cultura escolar civil e a lógica organizacional militarizada, com foco no cenário de expansão desse modelo, como observado nos colégios da Polícia Militar do Maranhão (PMMA). O referencial teórico e os achados empíricos são ampliados ao dialogar com estudos recentes sobre gestão educativa nesses estabelecimentos, investigando a conciliação entre a hierarquia institucional e as práticas de gestão democrática e participativa preconizadas pela legislação educacional brasileira. Os resultados apontam que a inserção do professor civil nesse ecossistema gera um hibridismo institucional complexo, no qual a autoridade e os saberes da experiência docente são frequentemente desestabilizados por rituais disciplinares e cadeias de comando rígidas. Contudo, a adoção progressiva de práticas participativas, feedbacks contínuos e canais de comunicação horizontais demonstra-se essencial para melhorar o engajamento docente, reduzir conflitos interpessoais e harmonizar a rotina disciplinar com a inovação pedagógica e a autonomia de cátedra.

Palavras-chave: Cultura escolar. Socialização profissional. Ensino militarizado. Autonomia docente. Docência civil.

Abstract: This article presents a qualitative literature review of a descriptive-analytical nature, with the objective of analyzing the process of adaptation of the professional identity and pedagogical practices of civil teachers inserted in the structure and hierarchy of military schools. The study is based on the theoretical contributions of António Nóvoa and Maurice Tardif to discuss the identity tensions and negotiations resulting from the encounter between civil school culture and militarized organizational logic, focusing on the expansion of this model, as observed in the schools of the Military Police of Maranhão (PMMA). The theoretical framework and empirical findings are expanded by dialoguing with recent studies on educational management in these establishments, investigating the reconciliation between institutional hierarchy and the democratic and participative management practices recommended by Brazilian educational legislation. The results indicate that the insertion of civil teachers in this ecosystem generates a complex institutional hybridism, in which the authority and knowledge of the teaching experience are frequently destabilized by disciplinary rituals and rigid chains of command. However, the progressive adoption of participatory practices, continuous feedback, and horizontal communication channels proves essential to improve teaching engagement, reduce interpersonal conflicts, and harmonize disciplinary routines with pedagogical innovation and academic autonomy.

Keywords: School culture. Professional socialization. Militarized teaching. Teacher autonomy. Civil teaching.

1 INTRODUÇÃO

A militarização das escolas públicas civis tem se consolidado como uma das principais tendências das políticas educacionais contemporâneas no Brasil, especialmente no cenário de redes estaduais e municipais de ensino. Esse fenômeno, caracterizado pela fusão de atribuições pedagógicas de docentes civis com regulamentos disciplinares conduzidos por corporações militares, tem provocado profundas transformações e tensões no cotidiano escolar (Santos; Alves, 2022). Ao adentrar em ambientes escolares militarizados, nos quais o slogan clássico 'Educação, Disciplina e Honra' orienta a rotina institucional, os professores civis, habituados a uma cultura acadêmica e de formação pautada no pluralismo, na autonomia didática e no diálogo, deparam-se com um ecossistema estruturado na hierarquia, na obediência estrita e em rituais burocráticos rígidos (Rocha; Martinez, 2025).

A transição de uma escola civil para o modelo militarizado, como amplamente observado nos colégios da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), transcende a mera alteração da gestão administrativa; trata-se, de fato, de uma reconfiguração cultural e de socialização profissional que tensiona a subjetividade do trabalhador docente. A partir dos referenciais teóricos de Antônio Nóvoa (1992) e Maurice Tardif (2014), compreende-se que a identidade do professor é um constructo dinâmico, constituído ao longo de sua trajetória profissional por meio da negociação permanente entre seus saberes pedagógicos, suas crenças pessoais e as demandas estruturais da instituição em que atua. Nesse sentido, o encontro entre o 'pincel' (símbolo do fazer docente e da liberdade de cátedra) e a 'farda' (símbolo da normatização e do controle comportamental) expõe fraturas identitárias de difícil conciliação, nas quais a autonomia pedagógica é frequentemente desestabilizada pela vigilância e pela autocensura.

Por outro lado, pesquisas empíricas recentes sobre o desempenho escolar dos Colégios Militares Tiradentes do Maranhão sinalizam elevados indicadores de eficácia acadêmica. Como demonstrado por Rocha e Santos (2025), o Colégio Militar Tiradentes IV (CMT-IV) registrou uma evolução expressiva em suas notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), avançando de 5,3 para 5,6 pontos entre 2021 e 2023, ao passo que o Colégio Militar Tiradentes V (CMT-V), em Timon, obteve um incremento ainda mais significativo, saltando de 5,3 para 5,8 pontos no mesmo período. Esses dados reforçam a discussão sobre como os modelos de gestão e liderança nessas instituições são capazes de impulsionar resultados. Contudo, urge investigar o custo dessa performatividade sobre o corpo docente, cujas vivências oscilam entre a segurança proporcionada pela ordem e a restrição de sua liberdade profissional.

À luz dessa problemática, o presente estudo tem como objetivo geral analisar, por meio da literatura acadêmica, o processo de adaptação da identidade profissional e das práticas pedagógicas de docentes civis inseridos na estrutura e hierarquia dos colégios militares. Especificamente, busca-se compreender as tensões entre a cultura escolar civil e o regulamento militarizado, identificar as estratégias de ressignificação da

autonomia docente desenvolvidas no cotidiano de sala de aula e discutir de que modo os novos modelos de gestão democrática e participativa propostos pela legislação brasileira (LDB nº 9.394/96) podem mitigar esses conflitos institucionais, propiciando uma gestão 'sem filtro' pautada no diálogo e na valorização da diversidade (Rocha; Neto Da Silva, 2025).

2 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de revisão bibliográfica, de natureza qualitativa e caráter descritivo-analítico. Este delineamento metodológico visa mapear, sintetizar e analisar a produção científica existente sobre a adaptação da identidade profissional e das práticas pedagógicas de docentes civis em ambientes escolares militarizados, integrando esses achados com as produções contemporâneas sobre gestão escolar.

A operacionalização da busca bibliográfica foi conduzida por meio de consultas às bases de dados eletrônicas SciELO, Google Acadêmico e o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando cruzamentos de descritores padronizados combinados com o operador booleano AND, tais como: 'identidade docente' AND 'colégio militar'; 'prática pedagógica' AND 'escola militarizada'; e 'professor civil' AND 'colégio militar'. Os critérios de inclusão selecionaram artigos científicos revisados por pares, dissertações e teses publicados em língua portuguesa, compreendidos no recorte temporal recente entre 2021 e 2026, que abordam diretamente a atuação do corpo docente civil face à estrutura organizacional militarizada.

A análise do corpus documental foi realizada mediante a técnica de análise de conteúdo, organizando os dados identificados em categorias temáticas reflexivas. Adicionalmente, empregou-se a triangulação analítica com textos normativos, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e produções correlatas com o objetivo de contrastar as esferas regulatórias com a realidade vivenciada no cotidiano escolar dos Colégios Militares Tiradentes do Maranhão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O Encontro de Culturas: A Escola Pública e a Estrutura Militar

O encontro entre a cultura escolar pública civil e a estrutura militarizada constitui uma zona de hibridismo institucional complexo, caracterizada pelo tensionamento de valores tradicionalmente divergentes. A cultura escolar civil no Brasil, fundamentada na redemocratização pós-constituição de 1988 e consubstanciada na LDB nº 9.394/96, valoriza a autonomia do projeto político-pedagógico, a flexibilização curricular, a gestão democrática e a inclusão das multiplicidades identitárias do alunado (Rocha; Neto Da Silva, 2025). Em contrapartida, as corporações militares operam sob uma lógica institucional pautada nos princípios

da hierarquia, da disciplina rígida, da padronização de condutas e da centralização das decisões administrativas (Santos; Alves, 2022).

Essa dualidade gera o que os autores denominam de choque cultural. De um lado, o corpo docente civil é formado academicamente para incentivar o pensamento crítico, a emancipação dos sujeitos e o livre debate em sala de aula (Nóvoa, 1992). De outro, a estrutura militarizada prioriza o controle de comportamentos como garantia da ordem e da excelência acadêmica. Como sinalizam Santos e Alves (2022), as escolas estaduais militarizadas (como em Goiás, Maranhão e Piauí) apresentam vínculos oficiais ambíguos, pois, após o processo de militarização, passam a ser integradas às estruturas das respectivas corporações policiais, enquanto mantêm, contraditoriamente, a submissão administrativa às secretarias de educação. Esse hibridismo gera uma 'dupla subordinação', na qual o professor se vê compelido a responder simultaneamente a orientações curriculares civis (como a BNCC) e a regulamentos disciplinares de quartel.

Não obstante, a literatura sinaliza que esse encontro de culturas não é estático. Estudos recentes demonstram que, mesmo em ambientes tradicionalmente verticalizados, há uma evolução no sentido de incorporar abordagens inovadoras e de liderança compartilhada. A pesquisa de Rocha, Santos, Cunha e Martinez (2025) no CMT-V destaca que a implementação de modelos democráticos e participativos em colégios militares, longe de anular o rigor disciplinar, pode potencializar as competências socioemocionais dos alunos e estimular a corresponsabilidade coletiva. Contudo, para que esse equilíbrio seja de fato profícuo, as instituições dependem de uma gestão que garanta a abertura de canais de diálogo transparente e a valorização das vozes de todos os envolvidos no ecossistema escolar, superando o modelo de dominação puramente burocrática e coercitiva.

3.2 Identidade Docente em Fronteiras: Conflitos e Adaptações do Professor Civil

A inserção do docente civil na estrutura militarizada impõe uma redefinição abrupta de sua identidade profissional. Saberes da experiência, autoridade pedagógica de sala de aula e rituais de socialização, outrora consolidados, passam por um processo violento de desestabilização. À luz do referencial de Tardif (2014), os saberes docentes provêm de diversas fontes, incluindo a formação profissional, os currículos e a prática cotidiana. No colégio militarizado, contudo, o professor depara-se com uma cadeia de comando que frequentemente interfere nas decisões de cunho pedagógico. A presença de militares na supervisão, as exigências rígidas de vestimenta e comportamento para docentes civis, e a aplicação de punições disciplinares centralizadas reconfiguram a autoridade tradicional do professor, colocando-o em uma posição de subordinação em relação ao corpo militar.

Essa desestabilização identitária gera sentimentos ambíguos. Se, por um lado, alguns docentes civis experimentam uma sensação de segurança e eficácia motivada pelo controle da indisciplina discente, por outro,

deparam-se com uma constante vigilância institucional que fomenta a autocensura. A liberdade de cátedra, tradicionalmente caracterizada pela autonomia do docente para debater temas críticos e sensíveis de caráter social ou político, torna-se uma fronteira delicada. Em ambientes caracterizados pela imposição da ordem, o professor civil recorre a táticas silenciosas e micro resistências cotidianas para preservar seu campo pedagógico, equilibrando-se sob o risco de denúncias ou intervenções disciplinares coercitivas (Veiga; Souza, 2019).

O impacto desse ecossistema sobre a subjetividade do trabalhador é discutido por Rocha, Santos, Santos e Silva (2025), os quais chamam a atenção para as consequências do enfraquecimento do pluralismo sobre a saúde e auto eficácia docente. Ao padronizar as condutas de forma inflexível, as instituições correm o risco de inibir a criatividade pedagógica, transformando o docente em mero executor de conteúdos instrucionais voltados a resultados de testes em larga escala. Diante de tal quadro, a socialização docente em colégios da PMMA se configura como um processo contínuo de negociação, no qual o pincel (autonomia reflexiva) e a farda (pressão normatizadora) travam embates diários pela definição do papel social da educação básica.

3.3 A Prática Pedagógica entre a Autonomia e a Hierarquia

A didática e o planejamento de aula dos professores civis em escolas militarizadas operam no limiar entre a inovação curricular e o controle instrucional tradicional. No contexto da PMMA, a excelência nos índices de aprovação acadêmica, expressa nas 829 aprovações em vestibulares em 2023 (CMTV, 2024), é frequentemente mobilizada como justificativa para o modelo rígido. Todavia, a literatura problematiza que essa performatividade pode mascarar processos de exclusão social e redução do pluralismo democrático (Santos; Alves, 2022). O verdadeiro desafio do corpo pedagógico consiste em implementar estratégias ativas de ensino em um ambiente estruturado para a obediência.

Nesse sentido, a transição para uma gestão democrática e participativa preconizada pela LDB, conforme discutido sob o conceito de 'Educação sem Filtro' por Rocha e Neto da Silva (2025), abre horizontes para o aprimoramento dessas dinâmicas pedagógicas. A gestão sem filtro caracteriza-se pela superação de barreiras hierárquicas, pela implementação de mecanismos sistemáticos de escuta ativa e pela construção coletiva de decisões que englobem docentes, estudantes e familiares na condução do projeto pedagógico da escola. Quando o ambiente escolar adota dinâmicas dialógicas horizontais, a própria autorreflexão dos professores é fortalecida, minimizando-se conflitos relacionais e estimulando o protagonismo metacognitivo dos alunos (Boruchovitch, 1998).

> *Como preconiza Paro (2007), a participação da comunidade e o diálogo horizontal não configuram apenas direitos dos atores da comunidade escolar no controle do serviço público, mas sim necessidades vitais para que a instituição se faça, de fato, educativa e atrativa aos seus usuários diretos e indiretos, integrando saberes múltiplos que enriqueçam a sua função social.*
> *(Paro, 2007, p. 115)*

A incorporação de tais preceitos democratizadores tem sido apontada por Rocha e Santos (2025) como elemento impulsionador de resultados consistentes. Nos colégios CMT-IV e CMT-V, constatou-se que, ao aliar a clareza procedimental característica do modelo militarizado a estilos de liderança inclusivos, feedbacks transparentes mútuos (de professores para alunos, e vice-versa) e uso estratégico de metodologias ativas, a motivação intrínseca e o senso de pertencimento dos docentes e discentes são incrementados significativamente. Essa abordagem transformadora possibilita à docência civil contornar os limites da vigilância, ressignificando sua autonomia didática por meio de táticas criativas que integram a normatização disciplinar à construção de uma cidadania ativa e reflexiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do complexo processo de adaptação da identidade profissional e das práticas pedagógicas de docentes civis inseridos na estrutura e na hierarquia dos colégios militares revela que a expansão acelerada desse modelo de ensino no Brasil impõe sérios desafios de socialização e performatividade profissional. O levantamento da literatura científica, sob os aportes teóricos de Antônio Nóvoa e Maurice Tardif, evidencia que a inserção do docente civil nesse ecossistema pautado na farda não anula passivamente sua identidade, mas a submete a um processo de hibridismo cultural conflituoso, caracterizado por frequentes desestabilizações de seus saberes de experiência e autoridade didática frente à rigidez organizacional e à vigilância burocrática.

Não obstante, os excelentes resultados de desempenho de aprendizagem mensurados em colégios militares do Maranhão, a exemplo do expressivo avanço das notas do IDEB de CMT-IV e CMT-V relatados por Rocha e Santos (2025), sugerem que a clareza de diretrizes e a disciplina comportamental possuem impactos acadêmicos altamente significativos. Contudo, para que esses patamares de excelência escolar sejam pedagógica e socialmente sustentáveis, sem comprometer a saúde profissional e a liberdade de cátedra dos docentes, torna-se indispensável a transição para modelos híbridos de gestão escolar compartilhada. Tais modelos devem incorporar de forma genuína os preceitos constitucionais de gestão democrática, participação da comunidade e atenção à diversidade previstos na LDB, materializando uma educação de fato participativa e sem barreiras de diálogo (Rocha; Neto Da Silva, 2025).

Por fim, este estudo destaca como limitação metodológica o caráter eminentemente de revisão teórica geral e a escassez de pesquisas empíricas de cunho etnográfico voltadas exclusivamente a colher os depoimentos e experiências subjetivas dos docentes civis inseridos na rede da PMMA no Maranhão. Sugere-se que investigações empíricas longitudinais subsequentes se debrucem sobre o cotidiano desses profissionais e investiguem de que forma os componentes socioafetivos da retroalimentação e as lideranças democratizadoras em ambientes militares podem ser desenvolvidos para subsidiar políticas públicas de formação docente e acolhimento institucional, preservando a autonomia reflexiva da docência básica brasileira.

REFERÊNCIAS

NÓVOA, A. (org.). Os professores e a sua formação. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PARO, V. H. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Editora Ática, 2007.

ROCHA, J. S. S.; NETO DA SILVA, A. E. Educação sem filtro: aspectos e perspectivas da legislação educacional no que versa sobre a gestão educacional democrática e participativa no contexto da diversidade na comunidade escolar. Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 193-202, 2025. DOI: 10.18004/riics.2025.diciembre.193.

ROCHA, J. S. S.; SANTOS, E. R. S. Os impactos da gestão educacional nos Colégios Militares Tiradentes da Polícia Militar do Maranhão. Revista FT, [S. l.], v. 29, n. 142, p. 27–28, 2025. DOI: 10.69849/revistaft/th102501150927.

ROCHA, J. S. S.; MARTINEZ, M. S. Concepção de organização e gestão educativa nos estabelecimentos de ensino militar. Revista Aracê, São José dos Pinhais, v. 7, n. 3, p. 12587-12601, 2025. DOI: 10.56238/arev7n3-142.

ROCHA, J. S. S.; SANTOS, C. G.; CUNHA, M. S.; MARTINEZ, M. S. Gestão educativa: consequências da gestão democrática e participativa no contexto do Colégio Militar Tiradentes da Polícia Militar do Maranhão. Revista O Universo Observável, Naviraí-MS, v. 2, n. 4, p. 1-12, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.15092211.

ROCHA, J. S. S.; SANTOS, C. G.; SANTOS, E. R. S.; NETO DA SILVA, A. E. Gestão escolar: entrelaçando saberes, inclusão e democracia. Revista O Universo Observável, Naviraí-MS, v. 2, n. 6, p. 1-15, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.15676677.

SANTOS, E. J. F.; ALVES, M. F. Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 52, e09144, 2022. DOI: 10.1590/198053149144.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VEIGA, I. P. A.; SOUZA, A. M. (orgs.). Militarização das escolas públicas: o que dizem as pesquisas? 1. ed. Curitiba: CRV, 2019.